



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

CONTRATO Nº 052/2025

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº 004/2025
Ata de Registro de Preço nº 005/2025
Processo Administrativo nº 0204.04.04.5/2025



OBJETO CONTRATUAL

Registro de preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada para a realização de exames laboratoriais clínicos, abrangendo a coleta, análise e emissão de laudos, visando atender às demandas da rede pública de saúde do Município de Cedral – MA



VALOR CONTRATUAL

R\$ 267.516,94 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 19 de Setembro de 2025
FINAL: 19 de Setembro de 2026



DADOS DO CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ nº 06.235.006/0001-24
José Ribamar Ewerton, S/N, Centro, Cedral, Maranhão.
Barbara Maria Costa Castro, CPF nº 375.910.883-00



DADOS DO CONTRATADO

LABORATORIO MARANHENSE LTDA, CNPJ nº 46.969.514/0001-50
Rua Júlio Cesar Berredo, 52, Centro, Matinha, Maranhão
laboratoriomaranhense@gmail.com, (98) 98409-4993 | (98) 98423-7010,
Acrísio de Souza Mendonça Neto, CPF nº 821.486.513-15



FISCAL DO CONTRATO

Helio Cristiano Souza Dias - CPF nº 616.138.903-70

PREÂMBULO

Aos 19 de Setembro de 2025, a Prefeitura Municipal de Cedral – MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ nº 06.235.006/0001-24, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Registro de preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada para a realização de exames laboratoriais clínicos, abrangendo a coleta, análise e emissão de laudos, visando atender às demandas da rede pública de saúde do Município de Cedral – MA de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de **R\$ 267.516,94** (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
3	DOSAGEM DE ACIDO URICO	TESTE	1.332	R\$ 2,85	R\$ 3.796,20
4	DOSAGEM DE AMILASE	TESTE	165	R\$ 3,08	R\$ 508,20
5	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	TESTE	900	R\$ 2,85	R\$ 2.565,00
6	DOSAGEM DE CALCIO	TESTE	330	R\$ 2,57	R\$ 848,10
7	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	TESTE	110	R\$ 5,02	R\$ 552,20
8	DOSAGEM DE CLORETO	TESTE	55	R\$ 2,53	R\$ 139,15
9	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	TESTE	1.750	R\$ 5,64	R\$ 9.870,00
10	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	TESTE	750	R\$ 5,25	R\$ 3.937,50
11	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	TESTE	2.250	R\$ 2,58	R\$ 5.805,00
13	DOSAGEM DE CREATININA	TESTE	2.298	R\$ 2,54	R\$ 5.836,92
14	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	TESTE	125	R\$ 5,13	R\$ 641,25
17	DOSAGEM DE FERRITINA	TESTE	550	R\$ 19,81	R\$ 10.895,50
18	DOSAGEM DE FERRO SERICO	TESTE	275	R\$ 4,75	R\$ 1.306,25
19	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	TESTE	440	R\$ 3,44	R\$ 1.513,60
20	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	TESTE	165	R\$ 2,86	R\$ 471,90
21	DOSAGEM DE FOSFORO	TESTE	165	R\$ 2,62	R\$ 432,30
22	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	TESTE	550	R\$ 4,62	R\$ 2.541,00
23	DOSAGEM DE GLICOSE	TESTE	3.000	R\$ 2,48	R\$ 7.440,00
24	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	TESTE	110	R\$ 12,00	R\$ 1.320,00
27	DOSAGEM DE LIPASE	TESTE	165	R\$ 2,99	R\$ 493,35
28	DOSAGEM DE MAGNESIO	TESTE	275	R\$ 3,02	R\$ 830,50
30	DOSAGEM DE POTASSIO	TESTE	165	R\$ 3,09	R\$ 509,85
31	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	TESTE	275	R\$ 2,56	R\$ 704,00
32	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	TESTE	825	R\$ 2,89	R\$ 2.384,25
33	DOSAGEM DE SODIO	TESTE	165	R\$ 2,35	R\$ 387,75
34	DOSAGEM DE (TGO)	TESTE	1.656	R\$ 2,97	R\$ 4.918,32
35	DOSAGEM DE (TGP)	TESTE	1.656	R\$ 2,84	R\$ 4.703,04
37	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	TESTE	1.100	R\$ 5,33	R\$ 5.863,00
38	DOSAGEM DE UREIA	TESTE	2.340	R\$ 2,97	R\$ 6.949,80
39	CONTAGEM DE PLAQUETAS	TESTE	110	R\$ 3,73	R\$ 410,30
41	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	TESTE	825	R\$ 4,26	R\$ 3.514,50
45	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	TESTE	660	R\$ 8,40	R\$ 5.544,00
47	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA	TESTE	275	R\$ 3,83	R\$ 1.053,25
48	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO	TESTE	525	R\$ 3,99	R\$ 2.094,75
49	HEMOGRAMA COMPLETO	TESTE	5.000	R\$ 5,25	R\$ 26.250,00
50	LEUCOGRAMA	TESTE	550	R\$ 3,76	R\$ 2.068,00
55	DOSAGEM DE GORDURA FECAL	TESTE	275	R\$ 3,46	R\$ 951,50
56	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	TESTE	165	R\$ 4,12	R\$ 679,80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

57	IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	TESTE	1.100	R\$ 1,98	R\$ 2.178,00
58	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	TESTE	1.100	R\$ 2,54	R\$ 2.794,00
59	PESQUISA DE EOSINOFI	TESTE	550	R\$ 2,44	R\$ 1.342,00
60	PESQUISA DE GORDURA FECAL	TESTE	550	R\$ 3,80	R\$ 2.090,00
61	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	TESTE	55	R\$ 2,38	R\$ 130,90
62	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	TESTE	550	R\$ 2,57	R\$ 1.413,50
63	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZE	TESTE	275	R\$ 2,73	R\$ 750,75
64	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	TESTE	165	R\$ 2,14	R\$ 353,10
65	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	TESTE	1.308	R\$ 7,02	R\$ 9.182,16
67	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	TESTE	550	R\$ 2,80	R\$ 1.540,00
71	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	TESTE	3.500	R\$ 4,92	R\$ 17.220,00
72	CLEARANCE DE CREATININA	TESTE	27	R\$ 4,76	R\$ 128,52
73	CLEARANCE DE FOSFATO	TESTE	11	R\$ 4,14	R\$ 45,54
74	CLEARANCE DE UREIA	TESTE	16	R\$ 5,48	R\$ 87,68
78	DOSAGEM DE CITRATO	TESTE	11	R\$ 2,71	R\$ 29,81
79	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	TESTE	5	R\$ 12,96	R\$ 64,80
80	DOSAGEM DE OXALATO	TESTE	11	R\$ 3,85	R\$ 42,35
106	DOSAGEM DE CORTISOL	TESTE	16	R\$ 14,41	R\$ 230,56
108	DOSAGEM DE ESTRADIOL	TESTE	110	R\$ 14,48	R\$ 1.592,80
109	DOSAGEM DE ESTRIOL	TESTE	5	R\$ 20,59	R\$ 102,95
110	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	TESTE	440	R\$ 10,02	R\$ 4.408,80
111	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	TESTE	5	R\$ 12,45	R\$ 62,25
112	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	TESTE	110	R\$ 11,33	R\$ 1.246,30
113	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	TESTE	110	R\$ 12,14	R\$ 1.335,40
117	DOSAGEM DE PROGESTERONA	TESTE	55	R\$ 13,62	R\$ 749,10
118	DOSAGEM DE PROLACTINA	TESTE	110	R\$ 15,29	R\$ 1.681,90
121	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	TESTE	110	R\$ 12,98	R\$ 1.427,80
122	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	TESTE	25	R\$ 17,04	R\$ 426,00
123	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	TESTE	11	R\$ 19,20	R\$ 211,20
124	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	TESTE	110	R\$ 13,60	R\$ 1.496,00
125	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	TESTE	165	R\$ 14,64	R\$ 2.415,60
126	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	TESTE	110	R\$ 12,82	R\$ 1.410,20
127	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	TESTE	220	R\$ 4,62	R\$ 1.016,40
128	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	55	R\$ 12,13	R\$ 667,15
129	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECÍFICO (PSA)	TESTE	550	R\$ 23,39	R\$ 12.864,50
130	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	110	R\$ 3,52	R\$ 387,20
131	GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	TESTE	3	R\$ 275,00	R\$ 825,00
133	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 +HIV-2	TESTE	1.000	R\$ 16,35	R\$ 16.350,00
134	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 +HTLV-2	TESTE	3	R\$ 15,57	R\$ 46,71
135	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	TESTE	125	R\$ 3,98	R\$ 497,50
136	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERCIFIE DO VIRUS DA HEPATITE	TESTE	82	R\$ 21,69	R\$ 1.778,58
137	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	TESTE	5	R\$ 22,03	R\$ 110,15
140	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	TESTE	80	R\$ 22,53	R\$ 1.802,40
148	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	TESTE	55	R\$ 22,36	R\$ 1.229,80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

149	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	TESTE	55	R\$ 24,05	R\$ 1.322,75
150	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	275	R\$ 23,98	R\$ 6.594,50
154	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	TESTE	420	R\$ 18,22	R\$ 7.652,40
155	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	TESTE	5	R\$ 16,52	R\$ 82,60
156	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B	TESTE	80	R\$ 17,29	R\$ 1.383,20
158	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	275	R\$ 20,48	R\$ 5.632,00
159	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	TESTE	55	R\$ 19,38	R\$ 1.065,90
160	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	TESTE	55	R\$ 21,35	R\$ 1.174,25
162	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	TESTE	82	R\$ 23,15	R\$ 1.898,30
163	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	TESTE	3	R\$ 22,46	R\$ 67,38
165	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	TESTE	110	R\$ 6,05	R\$ 665,50
166	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECÍFICA	TESTE	82	R\$ 23,28	R\$ 1.908,96
167	TESTE TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	TESTE	80	R\$ 5,56	R\$ 444,80
168	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	TESTE	275	R\$ 4,86	R\$ 1.336,50
169	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	5	R\$ 14,34	R\$ 71,70
170	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	5	R\$ 16,20	R\$ 81,00
171	DOSAGEM DE TROPONINA	TESTE	27	R\$ 14,29	R\$ 385,83
173	ANTIBIOGRAMA	TESTE	125	R\$ 8,66	R\$ 1.082,50
176	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNOSTICA)	TESTE	82	R\$ 6,14	R\$ 503,48
177	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	TESTE	110	R\$ 5,71	R\$ 628,10
178	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	TESTE	110	R\$ 6,14	R\$ 675,40
198	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	TESTE	450	R\$ 2,22	R\$ 999,00
199	FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH – HR	TESTE	450	R\$ 10,55	R\$ 4.747,50
204	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	TESTE	300	R\$ 2,06	R\$ 618,00
Valor Total					R\$ 267.516,94

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 19/09/2025 e encerramento em 19/09/2026, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma do artigo 107 da Lei 14.133 de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

- 7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
- 7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Cedral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
02.	PODER EXECUTIVO
02.08	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0004.2207.0000	Manut. e Custeio das Unidades de Saúde
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
02.	PODER EXECUTIVO
02.08	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
10.302.0028.2225.0000	Co-Participação municipal no MAC
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
02.	PODER EXECUTIVO
02.19	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

10.301.0028.2048.0000	Manutenção das Atenção Primárias a Saúde
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
02.	PODER EXECUTIVO
02.19	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.303.0028.2052.0000	Manut. Artiv. Média Compl. Ambulatorial e Hospitalar-MAC
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênera.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS
CNPJ nº 06.235.006/0001-24

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA: _____

antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Pinheiro - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cedral – MA, 19 de Setembro de 2025

PELAS CONTRATANTES

BARBARA MARIA COSTA
CASTRO:37591088300
Assinado de forma digital por
BARBARA MARIA COSTA
CASTRO:37591088300
Dados: 2025.09.19 11:28:41 -03'00'

Barbara Maria Costa Castro
Secretária Municipal de Saúde

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA JOANINA FERREIRA DA SILVA
Data: 19/09/2025 11:59:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Maria Joana Ferreira da Silva
Secretária Municipal de Finanças.
Contratante

PELA CONTRATADA

ACRISIO DE SOUZA
MENDONCA
NETO:82148651315
Assinado de forma digital por
ACRISIO DE SOUZA MENDONCA
NETO:82148651315
Dados: 2025.09.19 11:39:08 -03'00'

Acrísio de Souza Mendonça Neto
LABORATORIO MARANHENSE LTDA – ME
CPF nº 821.486.513-15
Proprietário
Contratado

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:



GABINETE DO PREFEITO

ATO DE SANÇÃO

ATO DE SANÇÃO

O Senhor **DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES, PREFEITO MUNICIPAL DE CEDRAL, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições previstas na Constituição Federal, bem como como termos dos artigos 36 e 55 da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Cedral/MA que **SANCIONO, integralmente, o Projeto de Lei nº 017/2025**, de autoria do Vereador ANTENOR FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR, aprovado na sessão ordinária da Câmara Municipal de Cedral, que **“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM CEDRAL/MA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, transformando-o na **Lei Municipal nº 210/2025**, de 19 de setembro de 2025, a qual entra em vigor na data de sua publicação.

Para que produza os devidos efeitos legais e administrativos, registre o ato, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CEDRAL – ESTADO DO MARANHÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 2025.

DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES

Prefeito Municipal

Publicado por: DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES

Código identificador: vcbhvg3y7dq20250919160956

ATO DE SANÇÃO

Senhor **DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES, PREFEITO MUNICIPAL DE CEDRAL, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições previstas na Constituição Federal, bem como como termos dos artigos 36 e 55 da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Cedral/MA que **SANCIONO, integralmente, o Projeto de Lei nº 013/2025**, de autoria do Vereador Antenor Ferreira de Sousa Júnior, aprovado na sessão ordinária da Câmara Municipal de Cedral, que **“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA PESCA PREDATÓRIA EM ÁREAS DE CRIAÇÃO E REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS NO MUNICÍPIO DE CEDRAL, ESTALECENDO MEDIDAS DE FISCALIZAÇÃO, PENALIDADES E AÇÕES DE**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL”, transformando-o na **Lei Municipal nº 212/2025**, de 19 de setembro de 2025, a qual entra em vigor na data de sua publicação.

Para que produza os devidos efeitos legais e administrativos, registre o ato, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CEDRAL – ESTADO DO MARANHÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 2025.

DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES

Prefeito Municipal

Publicado por: DANILO RAFAEL FERREIRA MORAES

Código identificador: ee0vgy3zlrk20250919160904

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2025.

EXTRATO DO CONTRATO nº 052/2025. Processo Administrativo nº 0204.04.04.5/2025 – PARTES: MUNICÍPIO DE CEDRAL/MA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa: LABORATÓRIO MARANHENSE LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 46.969.514/0001-50. OBJETO: eventual Contratação de empresa especializada para a realização de exames laboratoriais clínicos, abrangendo a coleta, análise e emissão de laudos, visando atender às demandas da rede pública de saúde do Município de Cedral – MA. VALOR TOTAL: R\$ 267.516,94 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02. PODER EXECUTIVO 02.08 SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0004.2207.0000 Manut. e Custeio das Unidades de Saúde 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica 02. PODER EXECUTIVO 02.08 SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE 10.302.0028.2225.0000 Co-Participação municipal no MAC 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica 02. PODER EXECUTIVO 02.19 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0028.2048.0000 Manutenção das Atenção Primárias a Saúde

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica 02. PODER EXECUTIVO 02.19 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.303.0028.2052.0000 Manut. Artiv. Média



Compl. Ambulatorial e Hospitalar-MAC 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/21. O prazo de vigência da contratação terá início na data de 19/09/2025 e encerramento em 19/09/2026, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma do artigo 107 da Lei 14.133 de 2021. ASSINATURAS: P/ CONTRATANTES: Sr^a. Barbara Maria Costa Castro, Secretária Municipal de Saúde, e a Secretária Municipal de Finanças, a Sr^a. Maria Joanina Ferreira da Silva. CONTRATADA: Sr. Acrísio de Souza Mendonça Neto - Representante Legal da empresa: LABORATORIO MARANHENSE LTDA – ME.

Secretaria Municipal de Saúde.

Publicado por: Barbara Maria Costa Castro

Código identificador: fd3rbui8g8m20250919160909

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 027/2025

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 027/2025 – SEMUS, PROCESSO ADMINISTRATIVO: n^o

0307.01.04.5/2025 **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Cedral – CNPJ nº 06.235.006/0001-24.

CONTRATADA: R S Comércio e Serviços Ópticos Ltda – CNPJ nº 59.384.384/0001-36.. **OBJETO:** Fornecimento de óculos completos, compreendendo armação em acetato ou metal e lentes de visão simples, conforme prescrição médica, destinados à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Município de Cedral/MA. **FINALIDADE DO APOSTILAMENTO:** Inclusão de nova dotação orçamentária. **ONDE SE LÊ:** 02. PODER EXECUTIVO, 02.08 SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE, 10.122.0003.2042.0000 Manutenção da Secretaria de Saúde, 3.3.90.32.00

Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita. **LEIA-SE:** 02. PODER EXECUTIVO, 02.19. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0028.2048.0000

Manutenção da Atenção Primária a Saúde, 3.3.90.32.00, Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 136 da Lei nº 14.133/2021. **VIGÊNCIA:** Sem alteração de prazo, objeto ou valores. **DATA:** Cedral/MA, 16 de junho de 2025. **Ordenadores:** Barbara Maria Costa Castro - Secretária Municipal de Saúde, Maria Joanina Ferreira da Silva - Secretária Municipal de Finanças.

Publicado por: Barbara Maria Costa Castro

Código identificador: SIU672e4.Mvh

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0205.04.09.5/2025.

A Prefeitura Municipal de Cedral/MA, por meio de sua Pregoeira, torna pública a **REPUBLICAÇÃO** do Pregão Eletrônico supracitado, tendo em vista que alguns lotes restaram desertos na sessão anterior. O objeto da presente republicação é a contratação de empresa especializada para a realização de eventos no Município de Cedral/MA, referente aos Lotes 02, 03, 04 e 05, que foram desertos, mantidas as condições estabelecidas no Edital original, com data de abertura dia **03/10/2025 às 09:30**. O presente Edital estará à disposição dos interessados onde poderão ser consultados ou obtidos GRATUITAMENTE pela internet no portal da transparência do município (<https://www.cedral.ma.gov.br/>), no Portal de Compras Cedral (<https://licitacedralma.com.br>) e no Portal Nacional de Compras Públicas Nacional – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/editais>).

Cedral/MA, 19 de setembro de 2025.

Rosilene Coelho Azevedo Cabral

Pregoeira

Publicado por: Patricia Helena Ramos Costa

Código identificador: \$JKr9GnSmpFO

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Ref: Pregão Eletrônico nº 005/2025

Ref.: Pregão Eletrônico nº 005/2025

Processo Administrativo nº 0205.04.09.5/2025

Considerando a realização do **Pregão Eletrônico nº 005/2025**, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para a realização de eventos no Município**